

# O Tuiuti



BOLETIM PROFISSIONAL DE HISTÓRIA MILITAR

2015 / Nº 140



## Inconfidência

Desgoverno, Revolução e o  
Mito da Consciência Nacional



## O TUIUTI

Informativo oficial da AHIMTB/RS

Órgão de divulgação das atividades da Academia de História Militar Terrestre do Brasil / Rio Grande do Sul (AHIMTB/RS) - Academia General Rinaldo Pereira da Câmara - e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS). Membro da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB).

### EDITOR

**Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel**  
Presidente da AHIMTB/RS  
Vice do IHTRGS  
[lecaminha@gmail.com](mailto:lecaminha@gmail.com)

### PROJETO GRÁFICO/DESIGN

**Fabricio Gustavo Dillenburg**  
Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis  
Delegado AHIMTB/RS (DRHFPC)  
[nucleomilitar@gmail.com](mailto:nucleomilitar@gmail.com)

### ENDEREÇOS VIRTUAIS

[acadhistoria@gmail.com](mailto:acadhistoria@gmail.com)  
[www.acadhistoria.com.br](http://www.acadhistoria.com.br)

O informativo **O Tuiuti** é uma publicação da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, seção Rio Grande do Sul e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, com apoio do Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis e da Delegacia Regional AHIMTB/RS Gen Francisco de Paula Cidade. Seu objetivo é a divulgação dos trabalhos dessas entidades, bem como da História Militar em geral e temas relacionados. Os textos publicados expressam única e exclusivamente a opinião dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da AHIMTB/RS, do IHTRGS, da FAHIMTB, ou de seus membros, como um todo. O material publicado está protegido por Leis Internacionais de Copyright. Para publicação e/ou redistribuição, por favor, entre em contato com o Editor. Todos os direitos reservados.



# EDITORIAL

É sempre muito complicado colocar em questão mitos nacionais. Há os que já saem, de imediato, com armas na mão, gritando aos quatro ventos que certas coisas são intocáveis. Há os revisionistas ignorantes de plantão, que se manifestam de pronto, querendo derrubar quaisquer valores que a História destacou. E há os que tentam, racionalmente, entender os fenômenos históricos, analisar os fatos criticamente e trazer à tona leituras conscientes do que se construiu como base nacional.

Neste número do Tuiuti, o Acadêmico F. G. Dillenburg, da AHIMTB/RS, elabora uma leitura da Inconfidência Mineira e de alguns mitos que se construíram ao seu redor. Embora em espaço restrito, o artigo propõe uma série de questões que devem ser pensadas, sobre como a História é tratada, como é importante ir a fundo em seus intrincados relacionamentos e - sobretudo - como ela pode ser, facilmente, manipulada.

Na sequência, um interessante texto sobre a legião romana perdida no oriente, um enigma que se manifesta com ainda mais força, uma vez que testes de DNA feitos recentemente mostraram-se inconclusivos. Para os chineses de Zhelai Zhai, porém, não existe a menor sombra de dúvida: eles afirmam com orgulho que, em suas veias, corre o sangue dos poderosos legionários perdidos de Roma.

Para encerrar, trazemos um texto de David Mandel, que trata da questão do Hamás, da faixa de Gaza e do perigo do crescimento armado dos grupos radicais islâmicos.

**F. G. Dillenburg (Co-Editor) por**  
**Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel**  
**Editor**

# CONTEÚDO

## 4 DESGOVERNO E INCONFIDÊNCIA

por F. G. Dillenburg

Um texto que analisa a exploração colonial portuguesa e a Inconfidência, discutindo a mitificação e o emprego de alguns termos.

## 14 A LEGIÃO PERDIDA NO ORIENTE

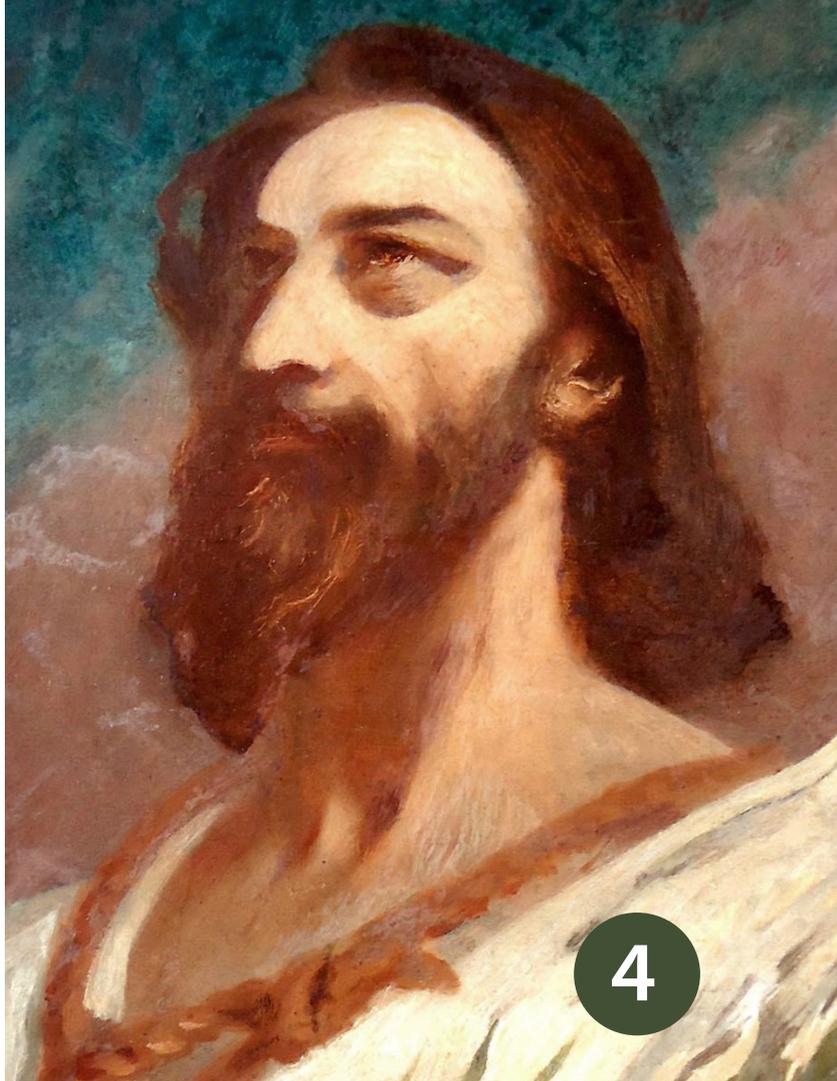
por Frederico Euclides Aranha

Um levantamento das pistas e algumas conclusões sobre a Legião Romana supostamente perdida no Oriente.

## 18 PONTO DE VISTA

por David Mandel

O perigo, para a cultura ocidental, de ignorar o crescimento islâmico.





# Desgoverno e Inconfidência

Portugal,  
“Revoluções” Coloniais  
e o Mito da Criação da  
Consciência Nacional pelo  
Movimento Inconfidente

F. G. Dillenburg

**A**chou-se que o Brasil era terra de riquezas infindáveis. Achou-se, também, que dele sairiam suficientes somas para sustentar a metrópole, Portugal, eternamente. Acreditou-se que o ouro deveria existir em quantidades inesgotáveis.

Achou-se. Acreditou-se.

Todavia, jamais foi pensada, de fato, a montagem de uma estrutura adequada para que a colônia paradisíaca de Caminha mantivesse um nível de crescimento adequado às novas realidades que se faziam sentir mundialmente e pudesse, assim, manter um fluxo condizente com as despesas metropolitanas. Neste quesito, a metrópole portuguesa (como tantas outras), mostrou-se absolutamente incapaz de perceber os ventos de mudança, que se faziam cada vez mais fortes.

O sistema de exploração da metrópole, rigidamente incisivo sobre a colônia brasileira, além de prejudicar sensivelmente sua capacidade de criar um mercado interno capaz, gerou - como não poderia deixar de ser - restritivos laços de dependência e, sobretudo, orientou de forma decisiva a estrutura social. A colônia foi cercada por uma aura de riqueza, mas esta brilhava de forma tênue, já que as fortunas eram só aparentes. A pobreza se sobrepôs, afinal, e a ostentação que impressionava a Europa passou a ser vaga lembrança, quando da

falência metropolitana, graças a um sistema extorsivo e defasado de Pacto Colonial.

**“A METRÓPOLE SE DESMONTOU, PELA INSISTÊNCIA EM MANTER ESTRUTURAS ULTRAPASSADAS, OU PELA INCAPACIDADE DE LIDAR COM SEUS AVANÇOS.”**

Reservas não se criaram. Capital, não existia. As minas, esperança maior da metrópole, acabariam sendo vistas como fontes de incertezas e de prejuízos, locais onde se consumava “o trabalho sem esforço”, o “enriquecimento fácil” e, portanto, de acordo com os parâmetros da época, sem validade cristã e, pior, origem de males e da ruína. O mercantilismo exploratório manifestava-se, para Portugal, como tábua de salvação, quando a maioria das outras nações já buscavam construir outras formas de sustento, desta vez baseadas nos princípios mais modernos do capitalismo, inclusive industrial. Pela insistência em manter estruturas ultrapassadas, ou pela incapacidade de lidar com seus avanços, Portugal desmonta, aos poucos, o que ainda lhe restava intacto.

As “modernidades” metropolitanas mantinham-se na

metrópole, e somente lá. Chegando à colônia, quando chegavam, eventualmente, serviam apenas às elites, minorias populacionais improdutivas, na prática, vivendo, em sua maioria do ócio exploratório. A opressão à população, miserável, por decorrência, aumentava gradativamente, visando arrancar mais e mais, sem nada dar em troca. Como se tal não bastasse, políticas ambíguas - mal pensadas, mal planejadas, mal executadas - perpassavam a colônia, e a população acabou por se fartar da situação.

A incompetência administrativa, que só levava e nada trazia (a não ser o que lhe interessava para fechar, ainda mais, o círculo de domínio), ao invés de tentar amainar as disputas, deixava-as mais acirradas. O desestímulo à indústria de base, o fisco terrível, acabava gerando desvios e perdas na produção que seriam extremamente significativas se chegassem aos cofres da Coroa. A independência, tanto da economia como da própria soberania portuguesa, corria o risco de se perder definitivamente em meio aos erros, entre os quais o Pacto Colonial se debatia, mas ia sobrevivendo.

O açúcar, fonte que poderia ser explorada metodicamente, por um período ainda mais longo do que foi, junto com outros produtos, foi posto de lado em preferência alucinada aos metais e pedras, de resultados imediatos. A produção

interna, que chegou, por alguns instantes a tomar fôlego, extenuou-se, afogada pela simples falta de interesse. Com o ouro, o poder da metrópole expandiu-se ainda mais sobre a colônia, como uma sombra, onipresente – mas nem sempre onisciente.

O quinto (imposto que correspondia a 20% do ouro colonial) será um reforço ao sistema extraordinariamente violento de cobrança, ainda mais ressaltado pela instituição das casas de fundição e, depois, da derrama. Enquanto tudo isso ocorria, os preços exorbitavam nas áreas mineradoras coloniais e a metrópole, aproveitando-se da situação de desespero, tentava estabelecer monopólios de fornecimento que, por questões práticas, simplesmente não tinha como se manter. Matava-se a já escassa burguesia colonial, sua "indústria" incipiente, suas riquezas, na busca pelo ganho desenfreado. Tudo de uma só vez. Num ímpeto de cobiça, como abutres sobre a carniça, o Estado agia como "domínio altaneiro de ultramar, gozo da riqueza sem retribuição, tomada dos frutos do trabalho sem suor – este o mundo da colônia." (FAORO, p. 234).

Tudo girava, para o Estado português, em torno de si mesmo, dos que gozavam de seus prazeres, não resultando em mecanismos produtivos ou de manutenção na colônia (e mesmo na metrópole, abandonada à própria sorte enquanto seus governantes

se esbaldavam). O desperdício tornou-se norma; o desuso, a Lei. Daí que Portugal veria uma nascente nova era de riqueza de sua soçobran-te caravela, enquanto que os países industrializados distanciavam-se, cortando as águas com seus vapores.

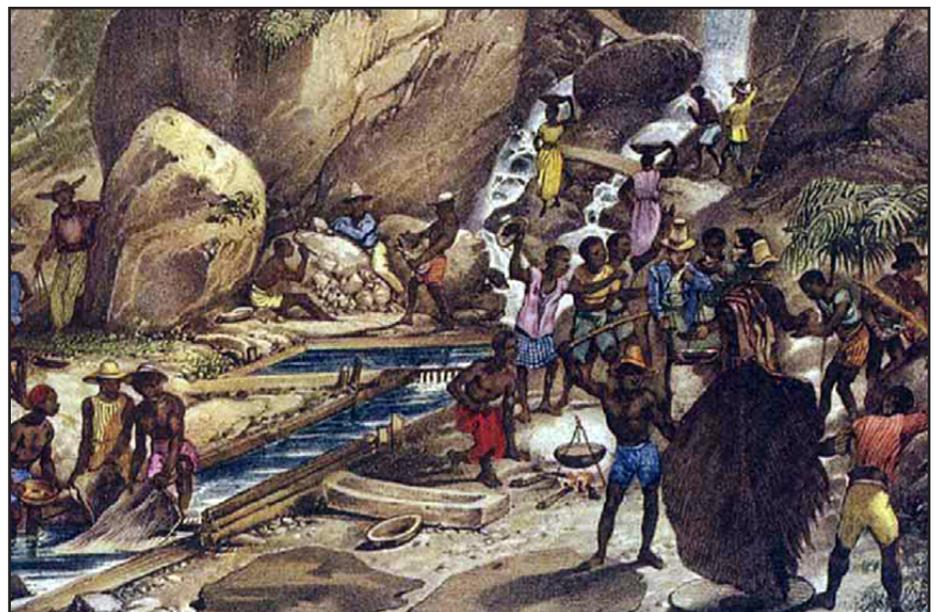
Neste contexto, sobretudo, o período que abarcou a imediata situação resultante da separação entre Espanha e Portugal é bastante conturbado. De fato, a metrópole perceberá, eventualmente, que a produção açucareira, fundamental para a manutenção de suas luxuosas ostentações e gastos, adentrava em um momento de extrema dificuldade. Entretanto, enquanto os portugueses discutiam a questão, os holandeses, aproveitando-se das suas colônias antilhanas, propícias para o cultivo da cana, e de sua excelência em tecnologia de processamento do açúcar, lançavam grandes quantidades desse produto na Europa, dominando, porquanto, o

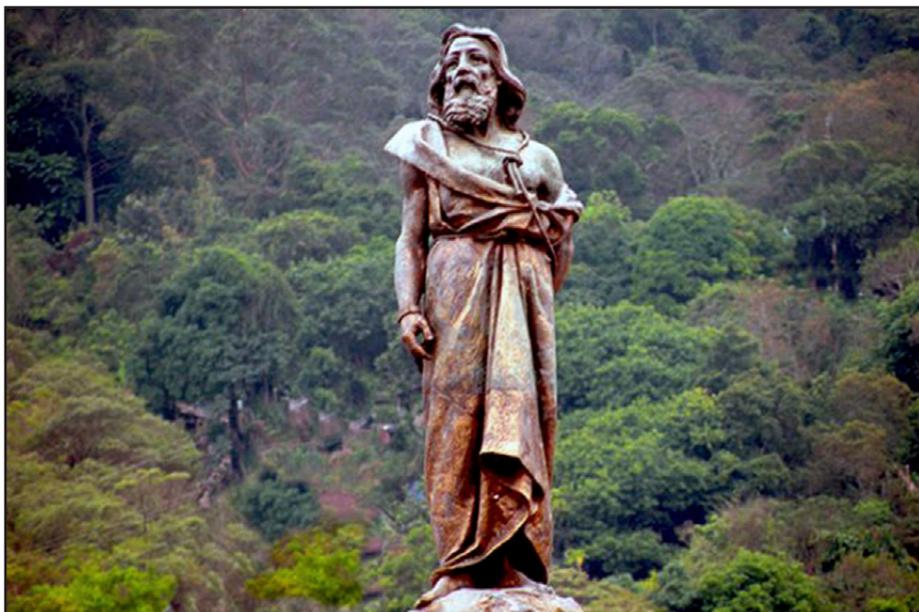
mercado. Em consequência, o Brasil, o que de mais relevante restava do império colonial português, perdia, gradualmente, sua hegemonia na venda dessa mercadoria que, por tanto tempo, rendera louros à Coroa lusa. Os níveis de exportação caíram, gradualmente. Os lucros despenca-ram. O tempo urgia, e fazia-se necessária uma nova fonte de renda para o sustento de Portugal. A colônia deveria oferecer outra maneira de ser explorada.

A solução imediata foi o incentivo à corrida metalista. Se o ouro fosse encontrado (e esperava-se que sim, em grande quantidade), em curto prazo o problema estaria solucionado. Assim, os incentivos logo surtiriam resultados: não só o ouro apareceria em somas suficientes, mas também as

#### PACTO COLONIAL v

O chamado Pacto Colonial, ou "Exclusivo Comercial Metropolitano", garantia a exclusividade dos colonizadores sobre todas as riquezas encontradas ou produzidas nas colônias.





#### ^ O SÍMBOLO

A visão consagrada de Tiradentes, sobretudo nos livros didáticos, dificulta uma análise histórica factual do homem, que acabou por se confundir com o mito. Longe de um revisionismo, é necessária a compreensão real de seu papel.

pedras preciosas aflorariam como fonte de riqueza para cobrir as despesas metropolitanas. Viriam valores inimagináveis e, em contrapartida, o sistema exploratório seria cada vez mais elaborado e arrojado. O esgotamento progressivo das jazidas acentuaria esse processo, ensejando extrações mais intensas para manter o volume constante.

Montava-se o palco para os inconfidentes se destacarem.

Se os objetivos dos inconfidentes fossem colocados em prática, em meio à ordem opressora que vigorava na colônia, um passo significativo, que talvez fosse dado, refere-se ao fortalecimento da incipiente indústria de base nacional, uma vez que seria necessário suprir a colônia com uma série de coisas que então, não estavam disponí-

veis, exceto pela benção da metrópole (e da intervenção econômica inglesa). Por outro lado, é possível que as disputas entre os próprios insurgentes, no que diz respeito à defesa da Monarquia ou da República, resultasse em conflitos internos de porte, até, quem sabe, separatistas. Fazia-se claro, entretanto, que as atitudes conservadoras dessa elite plutocrática mineira, mentora da Inconfidência, resultariam em reformas restritas, principalmente no campo da escravidão, entendida, ainda, como essencial na estrutura econômica brasileira (o que é plenamente compreensível, no contexto histórico).

De qualquer forma, os resultados manter-se-iam restritos a áreas reduzidas, porque o movimento de Inconfidência não possuía caráter nacional. A região aurífera, sim, sofreria algumas importantes mudanças, principalmente pela intensificação da dinâmica comercial interna.

Neste sentido, Pombal já movera, um pouco, o Estado por-

tuguês em direção a uma renovação do monopólio arcaico metropolitano, possibilitando à colônia fazer seus primeiros ensaios em direção a uma relativa autonomia de abastecimento, visando, inclusive, um fortalecimento da colônia frente às ameaças externas, para tentar evitar a crescente invasão de interesses estrangeiros, políticos e econômicos. Em contrapartida, à medida em que o caos administrativo português insistia em se manter, a elite mineira acostumava-se ao mando local, e seu descontentamento com as manifestações, por parte da metrópole, cresceriam em proporção, acirrando, cada vez mais, os ânimos.

Cabe salientar que, mais imaginado nos resultados do que efetivado na ação, o movimento inconfidente pode ser questionado historicamente, em seus tão falados objetivos, através da análise crítica às “Cartas Chilenas”<sup>1</sup>, de Tomás Antonio Gonzaga: em nenhum momento ele (o movimento) deprecia a instituição monárquica ou a estrutura aplicada à colônia, embora levante a voz contra os abusos cometidos dentro desse sistema colonial.

Não haveria, pois, pela Inconfidência Mineira, a formação de uma “consciência nacional”, de fato, a curto prazo, como muitos, insistentemente, defendem. Somente mais

tarde, mesmo que delineada por entre os interesses de oligarquias, isso aconteceria, tomando-se o movimento, então, como referência. Todavia, a posteriori.

Minas, no momento do conflito, era caracterizada socialmente, pela metrópole portuguesa, como “instável”. A qualquer instante, um levante poderia ocorrer, principalmente pela brutal situação de desigualdade. Minas, de forma substancial, manifestava-se como o estopim que poderia levar a metrópole a sofrer a perda dos benefícios coloniais. Mesmo o processo inicial de urbanização, lento e desorganizado, já havia sedado sob um clima pesado, no qual a sociedade mineira exalava “ares de liberdade” muito além dos desejados pelos lusitanos.

Como contraponto, a sociedade mineira era tipicamente estratificada, mas sua rigidez encontrava um inimigo nas próprias lavras de ouro. Uma pepita achada oportunamente poderia modificar a situação de um indivíduo dentro da sociedade, do dia para a noite. Havia, pois, uma certa dinâmica, uma movimentação relativa entre os estratos, como documentos da época refletem. Curiosamente, a arte também poderia ser uma forma de destaque: o prestígio alcançado por alguns artistas, inclusive mestiços, comprovavam tal afirmação de forma



#### MARQUÊS DE POMBAL ^

Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foi secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I (1750-1777). É uma das figuras mais controversas da História Portuguesa.

concreta. Denota-se, ainda, uma sociedade marcada por um grupo formado por profissionais liberais de atuação política expressiva. Comerciantes, artesãos, clérigos, artistas, portanto, viviam em um meio muito mais urbanizado e educado – em oposição à maior parte do território brasileiro –, convivendo e trabalhando num “caldeirão” cultural.

Concomitantemente, destacava-se uma massa disforme, de marginais à riqueza aurífera, de “desclassificados”. Essa massa popular representava um perigo ainda mais real para a metrópole, na medida em que sua insurgência poderia levar a um movimento de porte. Era um amálgama de descontentes que vagava, oprimida pela exploração estatal e sem perspectivas. Ainda, uma maioria de negros, principalmente escravos, somava-se a esses “inúteis” (segundo o ponto de vista do Estado que, diga-se de passagem, mudava de acordo com os interesses do momento),

enquanto que os “brancos trabalhadores”, úteis para os mecanismos da metrópole, eram minoria.

Em suma, embora manifestasse algumas diferenças dignas de nota, a coletividade mineira era uma sociedade de ostentação, caracteristicamente colonial em seu comportamento voltado à aparência, na qual a riqueza e a pobreza extrema coexistiam, lado a lado, e onde as festas populares configuravam o componente lúdico que manifestava um momento de “igualdade”, ainda que ilusório, entre as camadas dominantes e os grupos dominados. Proporcionalmente, um número de homens livres relativamente maior que o encontrado na sociedade tipicamente açucareira vivia na região aurífera de Minas, todavia com baixo

poder aquisitivo e com pequena expressão econômica.

Comemorações ilusórias à parte, consistente com a realidade de toda a colônia, a diferenciação social na região mineira se fazia muito forte. Os homens livres, proprietários de bens e escravos, recriavam e ajudavam a lembrar, constantemente, as diferenças que os separavam dos homens livres lançados à miséria, expropriados. O escravismo se encarregava de apagar as semelhanças que, porventura, pudessem se estabelecer entre os institucionalmente livres. O grupo que dominava buscava, pois, sua identidade e a confirmação de sua dominação, procurando destacar as dissimilaridades entre ele e o grupo dominado, num sentido amplo. "(...) Mais ainda: acentuava a diferença entre os dominados, quebrando novamente a possibilidade de conscientização, ressaltando a indolência, a inércia e a inaptidão do homem livre ao trabalho. Desta forma, legitimava e justificava (...) a existência do regime compulsório de trabalho."<sup>2</sup>

Continuava, assim, explorando e justificando o próprio ato. E, para a contenção desses homens "incapazes de educação e de princípios", o recurso à força era a única alternativa possível. Eles representavam, em última análise, "o lado interno do perigo", que poderia levar concretamente à perda da colônia, algo completa-

mente fora de questão para a Coroa. No discurso das autoridades, configurava-se com nitidez a concepção de que os homens livres eram vadios e inaptos para o trabalho, eram os "inúteis ao mundo", o "peso morto da terra". Prestavam, contudo, como justificativa da escravidão, como forma de mão-de-obra útil, embora nunca reconhecida.

O mais curioso, entretanto, é a percepção de como esse discurso oficial era mutável. A política portuguesa, ora via nos desclassificados um inimigo em potencial, ora um auxiliar valioso. Isto teria consequências desastrosas para a criação de uma consciência de grupo entre esses elementos, na medida em que o descontentamento se dava, via de regra, através de eventuais assassinatos, contrabando, banditismo. Um movimento consensual maior não parecia capaz de se articular satisfatoriamente, em prol da maioria. A ideia de que esses "desclassificados" estavam inseridos no

sistema opressivo metropolitano não se manifestava de forma clara, pela pura incapacidade de análise, pela característica ignorância que dominava a sociedade. Somente o tempo e o agravamento das relações levariam a um processo de entendimento, ainda que parcial, da situação.

Os "desclassificados", pois, constituíam peça-chave na ideologia de sustentação do sistema escravista, embora sua desqualificação em relação ao trabalho e à sua condição humana não fosse produto de uma política absolutamente consciente e deliberada dos administradores portugueses. (nisto, a percepção do contexto histórico é fundamental). Integrantes de uma sociedade ostentatória, governados por

#### PUNIÇÃO SEVERA v

O esquartejamento era um método de punição aplicado aos grandes crimes, em especial ao regicídio. Tiradentes foi enforcado antes. Em alguns casos, o esquartejamento dava-se em vida.



uma plutocracia local afastada do poder e das benesses do governo, esses desclassificados buscariam, em sua situação de miséria, explicações para a problemática que os envolvia. Seria, a longo prazo, um processo de conscientização do "viver em colônias" que se daria, e isso seria fundamental na construção do que se tornaria conhecido, mais tarde, como Inconfidência Mineira.

Internamente, em ácida ironia, falava-se de uma "vila pobre", não de uma Vila Rica. Falava-se de uma "Europa esponja", que tudo sugava das terras coloniais. Falava-se, entre os mais elucidados, de uma América esfomeada, sem posses. Os "desclassificados" representariam, nesse discurso, o próprio espírito de percepção da exploração colonial, a origem mais profunda dos movimentos de contestação continentais.

De fato, os séculos XVII e XVIII, especialmente no Brasil, denotam uma série de motins, rebeliões, conspirações e revoltas. Todavia, entre todas as que aconteceram, a única que manifestou a intenção de promover uma separação política drástica, entre Brasil e Portugal (ainda que tardia), foi a Inconfidência Mineira, de 1789.

Sobremaneira, foi o final do século XVIII, quando a exploração econômica portuguesa atingiu limites incomensuráveis,

que transformou a colônia num caldeirão de descontentamento. A problemática complexa, que envolvia a economia lusa e sua impressionante dependência da Inglaterra, obrigaram a metrópole a sugar a colônia como nunca antes o fizera, exercendo em grau máximo seu papel no Pacto Colonial. Entremetidos, o ouro mineiro se esgotava, as reservas definhavam. Incapaz de compreender ou aceitar esse esgotamento, Portugal acusava a colônia de esconder as riquezas, através de fraudes e contrabando. Tanto que, em meados do século XVIII, Pombal estabeleceu a cota de cem arrobas como imposto anual a ser pago (em ouro, obviamente). Devido à escassez cada vez mais nítida do metal, porém, regularmente a cota não era atingida. Criou-se, pois, a derrama, em 1763, como meio de pressionar a população, obrigando-a a aceitar as imposições da Coroa e a pagar a quantia que faltasse para completar a cota, através da tomada de suas

posses, independente de pertencerem ou não ao grupo de mineradores. Por outro lado, escravos e produtos atingiam preços astronômicos nas áreas mineradoras, o que agravava a situação, dificultando ainda mais a já difícil tarefa de extração.

Com o decreto lançado em 1785 por D. Maria I, "a Louca", que proibia quaisquer manufaturas coloniais, a população foi profundamente prejudicada, na medida em que um comércio interno incipiente via suas expectativas cortadas pela raiz. Os produtos importados que deveriam substituir essas manufaturas coloniais apresentavam problemas fundamentais: o alto preço com que chegavam às mãos dos poucos consumidores privilegiados e as quantidades em que chegavam (quando

#### MARIA I DE PORTUGAL v

Conhecida como Maria I, a Piedosa (ou Pia), em Portugal, no Brasil recebeu a alcunha de "a Louca", devido a uma doença mental que se manifestou a partir dos seus 24 anos, e que a deixou instável.



o faziam), insuficientes para atender a demanda. A economia colonial enfrentava, por conseguinte, um impasse, sendo lançada em um abismo econômico para sustentar os caprichos e desacertos da metrópole.

Os resultados seriam visíveis. Além da “viradeira”<sup>3</sup>, outras manifestações que abalavam a estrutura do Pacto Colonial logo assolariam os mandantes europeus. Preocupante situação, com a independência das colônias inglesas na América do Norte, aliadas ao pensamento iluminista francês, fazia-se evidente que um novo entendimento poderia se dar sobre as relações entre metrópole e colônia. De fato, os conflitos com Portugal tendiam a se agravar, principalmente após a nomeação do Visconde de Barbacena, que supostamente teria sido encarregado de executar a malfadada derrama. Espalhava-se o medo pela colônia, tão rápido quanto se inflava a insatisfação.

O temor manifestou-se como ameaça concreta aos interesses dos grupos elitistas da sociedade colonial, que passaram a se chocar com os interesses das elites metropolitanas. A questão do “despertar de uma consciência nacional”, a propósito, colocada em relevância em muitos textos (inclusive de livros didáticos), não é, historicamente, cabível, na medida em que, em primeiro lugar, a Inconfidên-

cia ocorreu em nível restrito, territorialmente falando e, em segundo, visou a solução imediatista dessa problemática que afetava uma reduzida parcela intelectualizada da população, e não como uma defesa de interesses generalizados, de toda a sociedade ou de, pelo menos, uma maioria. Muito pelo contrário. Excetuando-se Tiradentes, todos os “líderes” relacionados à Inconfidência estavam ligados, de uma ou de outra forma, à extração de metais ou à produção latifundiária. Desejavam a quebra do sistema exploratório colonial, alguns defendendo a República, outros optando pela manutenção de uma monarquia, mas tendo como objetivo a solução para *seus* problemas. Em sua maioria, é claro, opunham-se à abolição da escravidão, na medida em que esta anularia sua maior força de trabalho. Pode-se até mesmo dizer que esse grupo escravocrata colonial fazia uma releitura da ideologia liberal que chegava da Europa, inserindo-a, em limites aceitáveis, dentro das condições em que estavam à vontade como senhores proprietários.

Do ponto de vista histórico, Tiradentes, por sua vez, como alferes, lograva atingir patamares sociais mais altos do que os que se lhe ofereciam no momento, quiçá obtendo, inclusive, fortuna pessoal. Não era diferente de qualquer humano, nem estava à parte das condições e anseios sociais da época, o que não é, diga-se de

passagem, nenhum demérito às suas ações e coragem. Não é necessário transformar homens em super-heróis para que tenham seu lugar na História, e sua memória digna. Pelo contrário, é justamente a condição de fragilidade humana que valoriza, ainda mais, seu papel.

O fato é que uma revolução, a priori, não acontece meramente dentro de salas fechadas, através de simples discussões. Pelo menos, não com a eficácia necessária para quebrar um sistema que se fazia preponderante por tanto tempo. Essa foi, portanto, uma das falhas primordiais do movimento, e que não permite que a Inconfidência seja enquadrada, conceitualmente, como uma “revolução”, como alguns apregoam. Planos isolados da maioria da população, da massa que poderia realizar concretamente a insurreição, não conseguiram o impacto necessário para que mudanças profundas se desenrolassem. Tanto assim, que bastou uma denúncia para dismantlar a situação, degredando os envolvidos e punindo de forma exemplar o alferes.

Com base nisso, a Inconfidência Mineira distancia-se de movimentos como o da Conjuração Baiana, de 1798, por exemplo. Esta, também inspirada por ideias iluministas, teve caráter popular, abran-

gendo negros e mulatos, e defendia mudanças sensíveis na estrutura colonial, pregando certa igualdade social, a eliminação da escravidão e dos privilégios. De certa forma, em linguagem "moderna", a Conjuração possuía, em contrapartida à Inconfidência Mineira, maior "amplitude democrática", visão de igualdade e abrangência de interesses, indo muito além do projeto dos mineiros, voltado para assegurar uma estrutura convencional, economicamente significativa apenas para uns poucos. Na mesma linha de raciocínio, por sua vez, a Revolta de Beckman, de 1684, relacionava-se com o problema da mão-de-obra, sendo, essencialmente, uma luta interna, entre jesuítas e colonos. Por conseguinte, distancia-se do prisma de leitura da Inconfidência.

Ainda, a Guerra dos Emboabas, do final da primeira década do século XVIII, manifestara já a defesa de interesses específicos – no caso, paulistas –, mas nunca no nível dos que se desenrolaram nos Autos da Inconfidência.

A Guerra dos Mascates, de 1710, por sua vez, envolvia interesses díspares entre comerciantes metropolitanos e proprietários de terras coloniais e, certamente, serviu como iluminadora dos antagonismos existentes entre os desejos coloniais e metropolitanos.



Em 1720, quando ocorreu a Revolta de Vila Rica, avessa à instituição das casas de fundição, inaugurou-se um período de violentas repressões por parte da metrópole, culminando com a morte exemplar de Filipe dos Santos (de forma semelhante a de Tiradentes). Se isso veio a causar alguma "consciência nacionalista" – do que discordamos – novamente ela ficou restrita a uma elite.

Mesmo a posterior Insurreição pernambucana, de 1817, que seria novamente provocada, a priori, pela abusiva alta de impostos e pelos privilégios comerciais dados aos portugueses, não manifesta uma consciência abrangente da situação colonial. De fato, ela apenas reflete, momentaneamente, preocupação com uma situação desfavorável, ainda não visando uma libertação ampla, a curto prazo.

Nenhum desses casos – incluindo a Inconfidência – configura-se, pois, como uma

#### DISCURSO E PRÁTICA ^

A análise crítica da História é crucial para o bom entendimento do passado (e do presente), pois reduz manipulações e discursos tendenciosos, sem coerência factual.

revolução de fato, pela falta de mudanças significativas; a não ser (no plano teórico, pelo menos), o caso da Conjuração Baiana que, entretanto, não chegou a consumir seus objetivos.

Apesar disso, Tiradentes acabaria sendo eleito pela República recém-nascida como um mártir de caráter revolucionário, a ser exibido e contemplado pela população, como algo a ser lembrado no repúdio às instituições monárquicas. Talvez por ter sido o único manter de pé suas premissas de insurgente. Talvez por ser militar, o que é digno de nota. Sua participação, todavia, foi paralela ao desenvolvimento das próprias ideias do movimento, mais como divulgador do que, de fato, mentor. Acabaria, portanto, como o "testa-de-ferro" da Inconfidência,

transformando-se, pela ação do desenrolar da História e dos historiadores, na sua figura central.

Trata-se de um exemplo de como a História pode ser maleável, servindo aos interesses e aos desejos de quem a escreve. O fato passar a ser interpretado – e ajustado – de acordo com que se faz necessário dizer, no momento, e mostra o risco que corremos quando não possuímos o poder de análise histórica crítica.

Que fique claro, contudo, que a força exercida pelo simbolismo do martírio de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, permanece intocada. Mais agora, em tempos de turbulência, do que nunca.

**Tiradentes:** não fez estudos regulares e ficou sob a tutela de seu tio e padrinho Sebastião Ferreira Leitão, que era cirurgião dentista. Trabalhou como mascate e minerador, tornando-se sócio de uma botica em Vila Rica, e se dedicou também às práticas farmacêuticas e ao exercício da profissão de dentista, o que lhe valeu o apelido de "Tiradentes". Com os conhecimentos que adquiriu no trabalho de mineração, tornou-se técnico em reconhecimento de terrenos e na exploração dos seus recursos. Começou a trabalhar para o governo no levantamento do sertão sudestino. Em 1780, alistou-se na tropa da Capitania de Minas Gerais; em 1781 foi nomeado comandante do destacamento dos Dragões na patrulha do "Caminho Novo", estrada que servia como rota de escoamento da produção mineradora da capitania mineira

ao porto Rio de Janeiro. Insatisfeito por não conseguir promoção na carreira militar, tendo alcançado apenas o posto de alferes, patente inicial do oficialato à época, e por ter perdido a função de marechal da patrulha do Caminho Novo, pediu licença da cavalaria em 1787. Morou no RJ por cerca de um ano, período em que idealizou projetos de vulto, como a canalização de rios para a melhoria do abastecimento de água; porém, não obteve aprovação para a execução das obras. Esse desprezo fez com que aumentasse sua indignação perante o domínio português, o que o levaria, posteriormente, a juntar-se à Inconfidência

### Notas:

**1** As Cartas Chilenas são 13 cartas escritas por Critrilo (pseudônimo de Tomás Antonio Gonzaga) relatando os desmandos, atos corruptos, nepotismo, abusos de poder, falta de conhecimento e tantos outros erros administrativos, jurídicos e morais quanto pudessem ser relatados em versos decassílabos do "Fanfarrão Minésio" (o governador Luís Cunha Meneses) no governo do "Chile" (a cidade de Vila Rica). Elas são sempre dirigidas a "Doroteu" (que tem uma epístola após as 13 cartas), ninguém

mais do que Cláudio Manuel da Costa. As Cartas chilenas destacam-se na obra de Gonzaga, na forma de poemas satíricos bastante agressivos, que circularam em Vila Rica pouco antes da Inconfidência Mineira.

**2** Souza, p. 219.

**3** Viradeira é designação que se dá ao período que se iniciou a 13 de Março de 1777 com a nomeação por D. Maria I de novos Secretários de Estado, em substituição do marquês de Pombal.

### Referências Bibliográficas:

Faoro, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1958. 2 vol.

Souza, Laura de Mello e. Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no Século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. Norma e conflito: aspectos da História de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. O Sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Cia das Letras, 2006.



**Fabricio Gustavo Dillenburg** tem formação em História e é fundador e responsável pelo Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis. Ocupa a Cadeira nº 14, General Francisco de Paula Cidade, da Academia de História Militar Terrestre do Brasil. É membro do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e autor de "Kamikaze: as Invasões Mongóis e as Origens do Vento Divino". Mais informações nos sites [www.nucleomilitar.com](http://www.nucleomilitar.com) e [www.nucleomilitarblog.com](http://www.nucleomilitarblog.com).



# A Legião Perdida no Oriente

Frederico Euclides Aranha

**N**o final da primavera do ano 53 aC, grande exército romano comandado pelo Cônsul Marcus Licinius Crassus (Crasso), o homem mais rico e arrogante de Roma, triúviro com Júlio Cesar e Pompeu e governador da Síria naquele ano, adentrou território do Império Parto. Pretendia ganhar nos confins da Ásia a honra e a glória que não podia comprar com sua imensa fortuna.

A nove de junho do mesmo ano foi interceptado pelo famigerado General parto Surena, a frente de um exército composto inteiramente por cavalaria – mil catafractários<sup>1</sup> (cavalaria pesada) armados com lanças e nove mil arqueiros montados (cavalaria ligeira), uma força quase quatro vezes menor que o exército de Crasso – sete legiões romanas e auxiliares incluindo cavaleiros gauleses e infantaria leve. Contando com uma caravana de suprimentos de armas de mais de mil camelos, os arqueiros partos, constantemente abastecidos com novas flechas, empregaram a tática do "disparo parto" pela qual os arqueiros montados fingiam recuar para então voltar-se contra seus perseguidores e disparar suas mortíferas flechas. O enfrentamento se deu na desolada planície de Carrae (hoje Harran, Turquia): a combinação dessa tática com o emprego do arco composto<sup>2</sup> foi suficiente para devastar a infantaria de Crasso, ocasionando a mais ignominiosa derrota de um exército romano no Oriente. Dos cerca de 40.000 homens sob seu comando voltaram à Síria menos de 6.000 liderados pelo questor Gaius Cassius Longino (Cássio, um dos futuros assassinos de Júlio César). Mais de 20.000 morreram no campo de batalha, incluindo Públio Crasso, filho do Cônsul, decapitado. Crasso sobreviveu à batalha e veio a morrer mais tarde vítima de uma armadilha montada por os partos, que o atraíram para uma conferência de paz.

O que teria acontecido aos sobreviventes? Certamente, muitos deles estavam feridos, o que na época significava morte quase certa. Ainda assim, restaria um contingente representativo.

A saga da “legião perdida” é fascinante; sabemos por Plutarco e Plínio, o Velho, que os sobreviventes não foram todos escravizados para trabalhar nas minas da Bactriana (hoje Afeganistão). Uma parte deles foi empregada como tropa auxiliar nos confins do Império Parto, formando uma primeira linha de defesa nas franjas do Rio Oxus – hoje Amu Darya, o mais extenso rio da Ásia Central: nasce no Mar de Aral e atravessa o Turquestão, Usbequistão, Casaquistão e Afeganistão – contra os agressivos nômades das estepes, entre eles os ascendentes dos hunos.

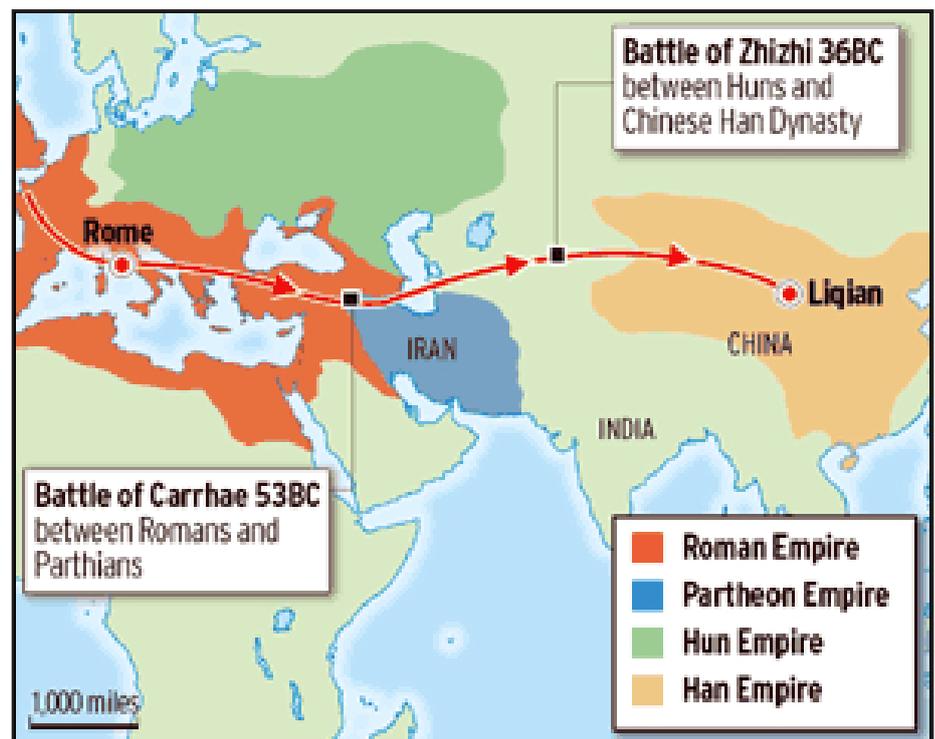
Não mais se soube deles. Em 36 aC, o Cônsul Marco Antônio a frente de um poderoso exército invadiu a Partia disposto a vingar Crasso e sua gente, recuperar as águias das legiões e resgatar prisioneiros. Alcançou sucesso inicialmente cercando Susa a capital do Império Parto; sendo repellido com fortes baixas, montou acampamento próximo e reorganizou suas forças. Simulou uma “retirada” ensejando a perseguição do exército parto que se viu envolvido numa inesperada manobra de cerco, mas incompleta, sofrendo fragorosa derrota. O rei parto Fraates IV ofereceu uma trégua e proteção para a retirada do Cônsul e seu exército até à Armênia, naquele momento aliada de Roma. O Cônsul rejeitou a oferta estimando que o rei e seu exército estivessem

debilitados com o revés. Ocorre que o inverno sobreveio rápido e Marco Antonio e sua gente, traídos pelos armênios que haviam garantido o abastecimento, viram os suprimentos se esgotarem. Retiraram-se para a Armênia trilhando caminho montanhoso sob frio e neve intensos, acosados pelos arqueiros partos. Ao cabo, mais de 10.000 homens pereceram, engrossando a lista fatídica das perdas romanas nas campanhas contra os partas.

Em 19 aC, Otavio Augusto, chefe do Estado Romano, menos beligerante e mais diplomático, obteve do rei parto a devolução das sete Aquilas das legiões perdidas; além disso, conseguiu trocar alguns prisioneiros a custo da libertação do filho do rei armênio refém dos romanos.

Após essas gestões do Príncipe, a noite do esquecimen-

to trouxe os cativos de Carrae até que a tecnologia e o conhecimento global da História ajudaram a unir diversas linhas de investigação que permitem formular hipótese tão insólita quanto plausível: talvez os estranhos soldados mencionados pelo historiador chinês Ban Cou no seu relato da defesa da cidade de Zizhi (hoje Dzhambal, no Usbequistão), possam ser restos das legiões de Crasso. Descreveu ele na biografia do General Yanshon as operações de guerra nos confins do território Xinjiang (hoje Xinjiang Uyghur, região autônoma chinesa) e o encontro e choque armado com homens veteranos e muito disciplinados, que se abrigavam em fortificações quadradas com paliçadas de madeira e que lutavam sempre alinhados e dispostos em formação como de espinhas de peixe, descrição muito se-



melhante a do testudo romano (formação eficaz contra ataque de tropas lançadoras de projéteis e cavalaria).

Após duros combates, a cidade caiu e os chineses deportaram cerca de um milhar daqueles bravos soldados, alojando-os por volta do ano 5 dC numa nova cidade nas bordas do deserto de Gobi a que chamaram Li-gian, corruptela de legio (legião) – denominação pela qual os chineses conheciam o Império Romano, a poderosa nação que se estendia além de Alexandria. Respeitando determinações de Confúcio esse lugar trocou de nome muitos anos depois, passando a se chamar Jie-lu (significa cativos).

Hoje em dia, há no condado de Zhelaizhar gente branca ou de pele rosada, de olhos verdes ou azuis, com nariz aquilino e cabelo crespo, in-

clusive loiro, misturados com características chinesas tradicionais. Ademais, alguns habitantes têm DNA com 56% originários de povos caucasianos, demonstrado por exames realizados em 2008. Este dado por si só não atesta que romanos teriam se estabelecido na região e até miscigenado com locais. Muitos povos de extrato caucasiano tiveram contato com chineses, como por exemplo, mercenários incorporados às hostes de hunos que praticavam constantes razias em território chinês.

O antropologista Yuan Hougeng, diretor do recém-criado Centro de Estudos Italianos da Universidade Lanzhon, na província Gansu, informou ao jornal China Daily que esperamos comprovar a lenda realizando pesquisas arqueológicas, descobrindo mais evidências de antigos contatos dos chineses com o Império romano. Escavações vão ser realizadas na região e ao lon-

go da rota da seda em busca de remanescentes de fortes ou outras estruturas construídas por romanos.

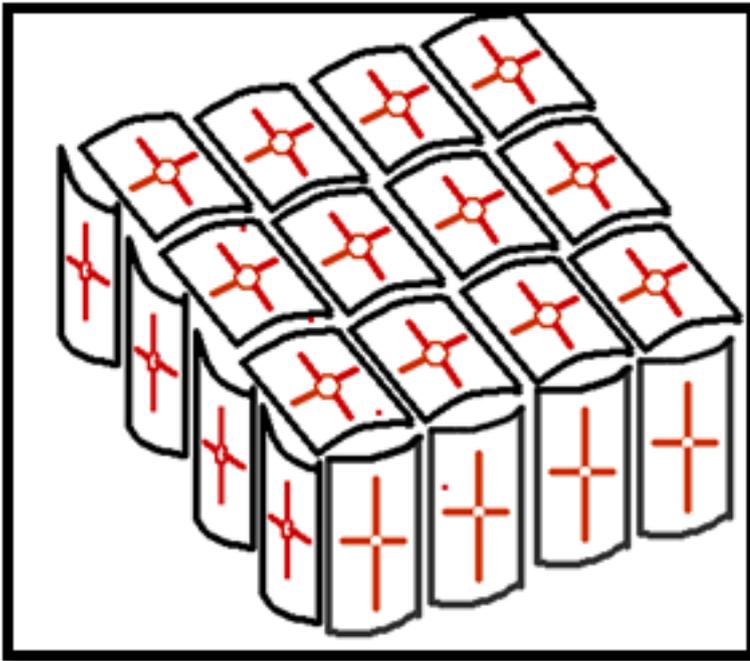
O antropologista e classicista Maurizio Berttini da Universidade de Siena considera em entrevista ao jornal La Repubblica que a teoria da legião perdida tem base fraca e que para se tornar indiscutível é necessário encontrar, principalmente, armas e moedas romanas, típicas dos legionários. Sem uma prova deste tipo, a história da legião perdida é lenda.

A verdade é que somente as pesquisas científicas demonstrarão se a história da Legião perdida é lenda ou realidade, neste caso um fato histórico notável.

#### LOCALIZAÇÃO v

À esquerda abaixo, localização de Li-gian. À direita, abaixo, a bacia do rio Amu Darya. Na página anterior, as batalhas de Carrae e Zhizhi.





#### ^ FORMAÇÃO

Quadrado romano, protegido por escudos.

#### Notas:

\* Houve uma legião romana perdida no Ocidente: trata-se da Legio IX Hispania (criada por Júlio César em 64 aC), que desapareceu no início do século II dC durante operações de guerra no norte das Ilhas Britânicas – mais precisamente na Escócia. Embora diversas hipóteses, lendas e sagas formuladas para explicar seu sumiço, descobertas arqueológicas recentes combinadas com registros históricos demonstram que essa Legião foi totalmente dizimada por tribos de Pictos, remanescentes dos celtas da Britania.

1 Os catafractos ou catafractários (grego: κατάφρακτος, kaptaphraktos) pertenciam a uma unidade de cavalaria pesada armada de lança e totalmente encouraçada (cavaleiro e ca-

valo), empregada por povos antigos (sármatas, partos, armênios) e posteriormente por romanos e bizantinos.

2 O arco composto tem três camadas: a central é de madeira na qual é colada na parte interna lascas de chifre (preferencialmente de búfalos) e na face externa tendões de animais (normalmente das patas de antílopes). É capaz de lançar flechas a distâncias de até duzentos metros com alta energia residual e de penetrar

escudos de madeira, couraças de bronze e as de couro a curta distância. Data de aproximadamente 2.200 aC; surgiu nas estepes asiáticas e foi empregado por primeira vez pelos sumérios. De pequena envergadura, era apropriado para o arqueiro montado.

#### Referências:

PLUTARCO, Vidas Paralelas 10 v. Madrid: Calpe, 1921.

<http://www.chinadaily.com>

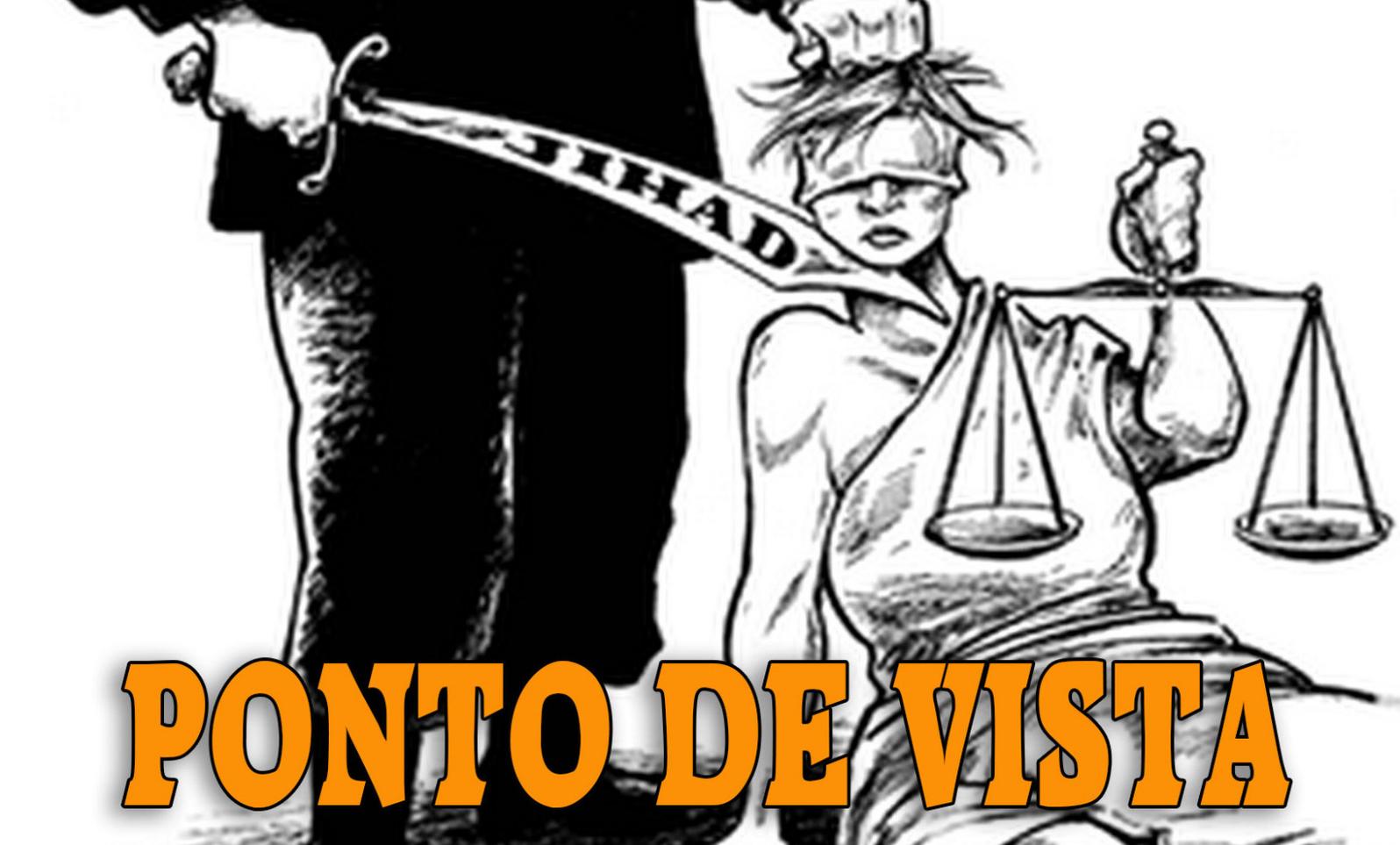
<http://www.telegraph.co.uk>

<http://www.repubblica.it>



#### SOBRE O AUTOR

**Frederico Euclides Aranha** é advogado, Servidor da Justiça Federal aposentado, com Pós-Graduação em Direito Internacional pela UFRGS e Especializado em História Militar pela UNISUL. Com formação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), possui, ainda, diversos cursos de extensão e treinamento. É Acadêmico da AHIMTB/RS (Academia de História Militar Terrestre do Brasil Rio Grande do Sul).



# PONTO DE VISTA

David Mandel

## O SUCESSO FINANCEIRO DO HAMÁS

A imagem que se tem de Gaza é que se trata de uma região mergulhada na mais extrema pobreza. Talvez alguns bairros correspondam a esse quadro, mas, certamente, não os bairros onde vivem os líderes do Hamas.

Segundo a revista Forbes Israel, de novembro último, o Hamás é a segunda organização terrorista mais rica do mundo, com patrimônio de mais de um bilhão de dólares. A única que a supera é a ISIS (Estado Islâmico), cuja fortuna é estimada em dois bilhões de dólares. Em terceiro estão as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), a principal organização terrorista não-islâmica, com 600 milhões de dólares. A seguir, o Hezbollah, com 500 milhões, o Taliban com 400 milhões e a Al-Qaeda, com apenas 150 milhões.

Grande parte da fortuna do Hamás provém de doações de organizações não governamentais, instituições de caridade, instituições financeiras e, principalmente, de governos estrangeiros. A estas doações ao Hamás somem-se impostos e extorsões.

É provável que uma significativa porcentagem dos 5,4 bilhões de dólares prometidos por generosos governos para a reconstrução de Gaza, tenha a destinação de contas bancárias do Hamás e de seus líderes.

Falando sobre a reconstrução de Gaza, John Kerry fez recentemente a seguinte pergunta: "Como poderá se evitar uma nova destruição de Gaza no futuro?"

Espero que alguém faça chegar este artigo a Kerry, porque aqui vai a resposta: "A única maneira de evitar uma nova destruição de Gaza é desmilitarizar o Hamás."

## A RESSURREIÇÃO DO CALIFADO

A palavra califa significa "sucessor" em árabe, e refere-se a um líder supremo religioso e político que governa um Estado islâmico, ao que se chama de "Califado".

A diferença básica entre as duas principais seitas do Islã, xiitas e sunitas, é a forma de como se deve escolher um califa. De acordo com os xiitas, um califa deve ser um descen-

dente de Maomé, requisito que os sunitas não consideram necessário.

Os primeiros quatro califas (dos anos 632 a 661) foram os mais leais discípulos de Maomé, ou seus parentes. Depois deles, o califado pertenceu a diferentes dinastias e, a posição de califa, tornou-se hereditária. Embora, originalmente, apenas um califa pudesse existir, ao longo do tempo houve numerosos casos de califados simultâneos.

O sultão da Turquia assumiu o título de califa em 1453 e seus herdeiros mantiveram esse título até 1924, quando o califado foi abolido por Mustafa Kemal Atatürk, o pai da Turquia moderna.

De 1924 até poucos meses não havia um califado. Em junho deste ano, Abu Bakr al-Baghdadi, líder da organização que originalmente chamava-se Al-Qaeda no Iraque, em seguida Estado Islâmico do Iraque e do Levante, e hoje simplesmente Estado Islâmico, declarou-se califa adotando o nome de Califa Ibrahim. Os países árabes e as organizações armadas islâmicas não o reconhecem e nem o aceitam como califa.

O primeiro objetivo de al-Baghdadi é conquistar todos os territórios que no passado pertenceram aos muçulmanos, incluindo Israel e Espanha, e uni-los sob um Califado.



Posteriormente, sua intenção é imitar seus antecessores disidentes: conquistar e islamizar o mundo.

## O SUICÍDIO DA EUROPA

Arnold Toynbee foi um dos mais importantes e famosos historiadores do século 20. Nem sempre esteve certo em tudo o que escreveu - por exemplo, descreveu o povo judeu, pelo qual não sentia muita simpatia, de "fóssil", sem prever que o Estado de Israel se tornaria um dos mais progressistas e vitais do mundo - mas uma de suas frases pode se aplicar a Europa de nosso dias: "As civilizações não são assassinadas, cometem suicídio."

A Europa está repetindo a experiência do Império Bizantino, que foi um dos mais importantes centros da civili-

zação cristã durante séculos. Sua capital, Constantinopla, contava com meio milhão de habitantes no século VI mas, gradualmente, foi diminuindo sua população e, quando os turcos a conquistaram, em 1453, tinha apenas 50 mil habitantes. O idioma do Império Bizantino, que era o grego, hoje é o turco. A religião, que era o cristianismo, hoje é a muçulmana. A igreja de Hagia Sophia tornou-se uma mesquita (Hagia Sophia atualmente é um museu, mas o governo islâmico da Turquia está pensando em novamente transformá-lo numa mesquita). O nome de Constantinopla foi trocado para Istambul.

A Europa está seguindo os mesmos passos do Império Bizantino. A fertilidade das mulheres nos países que compõem a União Europeia, hoje é em torno de 1,5 filhos por mulher, índice bem abaixo do mínimo de 2,11 necessários para manter uma população estável. Esse déficit está sendo compensado pela imigração, especialmente de países muçulmanos, que têm uma taxa de fertilidade muito mais elevada do que a da Europa. É muito provável que, em meados do século 21, haja uma maioria muçulmana em quase todos os países da União Europeia.

Imagino que, nesta hipótese, Londres, no século 22, igual ao que aconteceu com Constantinopla no século 15, terá um novo nome. Talvez New Meca.

(Fonte: Revista El Djudío nº 50/Dez 2014, p. 08/09)



## A FAHIMTB E SUA ANTECESSORA, A AHIMTB

A **Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB)** foi fundada em Resende, RJ, em 1º de março de 1996 e reorganizada em 23 de abril de 2012 como Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), com sede no interior da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e mais cinco academias federadas:

- A **AHIMTB/RESENDE** – Academia Marechal Mário Travassos, junto à FAHIMTB na AMAN e presidida pelo acadêmico emérito Cel Claudio Moreira Bento;

- A **AHIMTB/Distrito Federal** – Academia Marechal José Pessoa, com sede no Colégio Militar de Brasília, sob a presidência do acadêmico emérito Gen Div Arnaldo Serafim;

- A **AHIMTB/Rio de Janeiro** – Academia Marechal João Batista de Mattos, com sede na Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB/RJ) e sob a presidência do acadêmico emérito Eng Ten R/2 Art Israel Blajberg;

- A **AHIMTB/Rio Grande do Sul** – Academia General Rinaldo Pereira da Câmara, com sede no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) e sob a presidência do acadêmico emérito Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis;

- A **AHIMTB/São Paulo** – Academia General Bertoldo Klinger, com sede no Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba (IHGGS), sob a presidência do acadêmico Historiador Adilson Cesar, também o presidente do citado Instituto. As citadas AHIMTB funcionam com delegações de poderes específicos da FAHIMTB e AHIMTB/Resende.

A AHIMTB foi fundada na data do aniversário do término da Guerra do Paraguai e do início do ensino militar na Academia Militar das Agulhas Negras em Resende. Teve, como sua sucessora, a FAHIMTB e as AHIMTB federadas, que são destinadas a desenvolver a História das Forças Terrestres do Brasil: Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Forças Auxiliares e outras forças que as antecederam desde o Descobrimento.

A FAHIMTB, com sede e foro em Resende mas de amplitude nacional, tem como patrono o Duque de Caxias e como patronos de cadeiras historiadores militares terrestres consagrados.

## O TUIUTI

Informativo oficial da AHIMTB/RS

Para visualização, recomendamos o uso de um leitor de PDF atualizado (ADOBE Reader ou equivalente, versão 5.0 ou superior) com as opções do Menu **View**, ítem **Page Display**, **Two Page View**, **Show Gaps Between Pages** e **Show Cover Page in Two Pages View** ligadas. Dessa forma, a publicação será exibida na forma projetada. Caso seu programa esteja em Português, escolha no Menu **Visualizar**, o ítem **Exibição da Página**, clique em **Exibição em Duas Páginas** e **Exibir Página de Rosto em Exibição em Duas Páginas**.



O **Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis** é responsável pelo projeto gráfico e pelo design do informativo **O Tuiuti**, do que muito se orgulha. Com o objetivo de divulgar a História, sobretudo em seu viés militar, o Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis tem, como missão, levar ao máximo possível de pessoas o conhecimento da História Militar, divulgando sua importância, resgatando os seus valores e as suas memórias, fornecendo subsídios para uma educação integral e de qualidade. Nossa postura é absolutamente independente, livre de qualquer posição política ou religiosa, voltada unicamente para a preservação e divulgação do conhecimento histórico, sem qualquer conexão com entidades que não tenham cunho explicitamente cultural. Mais informações no endereço digital [www.nucleomilitar.com](http://www.nucleomilitar.com)

Apoio à FAHIMTB:





# AHIMTB / RS

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR  
TERRESTRE DO BRASIL / RS

